

## Impactos da reestruturação produtiva nas expressões de consciência de classe dos operadores de produção da Zona Franca de Manaus



Márcia Perales Mendes Silva<sup>1</sup>

### Resumo

O presente estudo constitui-se em um empreendimento de investigação e reflexão sobre as conseqüências advindas de um conjunto de mudanças contemporâneas para o cotidiano da classe trabalhadora. Sob tal enfoque, são centralizadas as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho e os desdobramentos políticos daí decorrentes, a partir da ótica dos operadores de produção do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, base empírica para apreensão das múltiplas formas de expressão de suas consciências, bem como para a análise dos limites e possibilidades da emergência de embriões potencializadores em direção à formação da vontade coletiva.

### Palavras-chave

Manaus; Zona Franca; trabalho.

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social e professora adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

## Abstract

The study sought to investigate and reflect on the consequences originated from a set of present changes on the day-to-day of the working class. Under such focus, the metamorphosis occurred on the working world and the political deployments derived were considered, departing from the point of producing workers of the Manaus Industrial District, which was the empirical basis for gathering the multiple forms of consciousness expressions, allowing the analysis of the limits and possibilities of appearance of purposive embryos toward the consolidation of a collective will.

## Keywords

Manaus; zone free; work

## Introdução

Diante da emergência cada vez mais incontrolável das contradições inerentes à lógica do capitalismo, coube a precípua, inadiável e complexa tarefa de articular o “instrumental” necessário para a reversão da tendência das taxas de lucro. A grande recessão mundial que se instaurou a partir de 1974-1975, longa e complexa, com surtos de crise e expansão, exigiu que a dinâmica arbitrada pelo grande capital fosse revista para garantir uma base adequada às exigências de valorização, reiniciando-se uma nova sucessão de formas de produção de mercadorias (sob as mais diferentes configurações),<sup>2</sup> e regulações sociais, econômicas e políticas compatíveis, que, somadas às implicações das revoluções tecnológicas, têm subvertido o mundo do trabalho.

<sup>2</sup> De acordo com os estudos de Mattoso, os representantes da escola de regulação francesa consideram várias configurações nacionais ou variantes nacionais em relação à reestruturação produtiva: *fordismo genuíno* (EUA), *fordismo híbrido* (Japão), *flex-fordismo* (Alemanha), *fordismo impulsionado pelo Estado* (França) e *fordismo democrático* (Suécia). Para outros autores, ainda segundo Mattoso, os desdobramentos das respostas à crise e ao esgotamento de um padrão de desenvolvimento seriam apenas dois: o *neotaylorismo* (caso dos EUA, Inglaterra e França) e o *envolvimento coletivamente negociado* (caso do Japão). A esse respeito, ver Mattoso, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta Editora, 1996, especialmente o cap. II, p. 55-120. Para Gitahy, as novas formas de organização industrial recebem designações diferenciadas na literatura internacional: neofordismo ou pós-fordismo para a “escola de regulação francesa”; novo paradigma técnico-econômico para os neoschumpeterianos; “estratégia PIW”, na literatura escandinava; “especialização flexível” para Piore e Sabel; *systemofactore* para Hojman e Kaplinsky; *lean production* ou “produção enxuta” para Womack. Apesar das diferenças qualitativas que os envolvem, todos eles destacam a existência de vantagens econômicas na utilização efetiva de inovações tecnológicas, nas áreas de produto, processo e organizacionais. A respeito, ver Gitahy, L. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. In: *São Paulo em Perspectiva*. v. 8, n. 1. São Paulo: Seade, 1994, p. 144.

É para responder, portanto, a um tipo de crescimento limitado às “ondas longas recessivas”, em cuja origem situa-se a tendência declinante da taxa de lucro, que o capitalismo monopolista – caracterizado por Mandel como capitalismo tardio<sup>3</sup> – implementa processos que envolvem desde a privatização do setor público até a desregulamentação<sup>4</sup> do mercado financeiro e flexibilização do mercado de trabalho, pautando-se numa nova política econômica, com capacidade, em potencial, de remover as barreiras criadas pelo modelo de acumulação fordista,<sup>5</sup> bem como propiciar as condições para a reestruturação capitalista global. Recuperar o controle do capital sobre o trabalho, tanto na esfera da produção quanto no campo institucional, é uma imposição historicamente pontuada pelo próprio sistema capitalista.

Sustentando-me na compreensão de que é sob a gênese de novas determinações, pautadas nas mesmas bases capitalistas, que os complexos processos em curso redimensionam a materialidade e subjetividade dos trabalhadores, o objetivo desta pesquisa<sup>6</sup> foi investigar e refletir sobre o conjunto de conseqüências advindas das metamorfoses do mundo do trabalho e seu rebatimento no âmbito das idéias e ações, a partir da ótica da classe trabalhadora, mais especificamente dos operadores de produção do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, como subsídio para o dimensionamento dos limites e possibilidades da emergência de embriões potencializadores em direção à formação de uma futura vontade coletiva.

<sup>3</sup> Para Mandel, é a combinação de um conjunto de tendências desiguais que interagem na totalidade social (composição orgânica do capital em geral e nos setores mais importantes; a distribuição do capital constante entre o capital fixo e o circulante; o desenvolvimento da taxa de mais-valia e de acumulação; o desenvolvimento do tempo de rotação do capital e as relações de troca entre os Departamentos I e II [respectivamente, bens de produção e bens de consumo] que “[...] vai permitir-nos explicar a história do modo de produção capitalista, e sobretudo da terceira fase desse modo de produção, que denominaremos ‘capitalismo tardio’, mediante as leis do movimento do próprio capital, sem recorrer a fatores exógenos, alheios ao âmago da análise de Marx do capital”. (MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Os economistas, p. 27.

<sup>4</sup> A desregulamentação é um *slogan* político determinante na era da acumulação flexível (HARVEY, 1992, p. 150).

<sup>5</sup> O fordismo é aqui concebido como “a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre *elaboração* e *execução* no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do *operário-massa*, do trabalhador coletivo fabril, entre outras dimensões” (ANTUNES, 1995, p. 17).

<sup>6</sup> Esta pesquisa constituiu-se em uma das investigações, dentre outras realizadas, para o desenvolvimento e conclusão de minha Tese de Doutorado.

## Transformações sociais em curso: um olhar crítico

É amplo e controverso o terreno de reflexão em torno da profunda crise que assola as sociedades contemporâneas. Incorporada ao léxico corrente sob os mais diversos significados<sup>7</sup> e presente nas produções dos mais variados autores e correntes do pensamento social,<sup>8</sup> a importância do desvendamento das teias constitutivas da crise deste final de século impõe-se a partir do entendimento de que as várias concepções que a envolvem estariam imbricadas “[...] no processo de secularização que envolveu todas as categorias da história e da ciência social e, de modo particular, os modelos macrosociológicos da explicação da evolução histórica, desde o positivismo até o marxismo e o funcionalismo”.<sup>9</sup>

Para a apreensão da constituição do bloco histórico atual, a concepção crítica da crise precisa ser refletida, em primeiro plano, evidenciando-se a prevalência da base material e não apenas a sua superestrutura jurídico-política. Com este propósito, sustento-me teoricamente em textos clássicos de crítica da economia política,<sup>10</sup> bem como me amparo em autores que oferecem contributos na direção supramencionada.

Neste sentido, parece ser a partir da clássica afirmação de que a crise é a expressão do um descompasso entre a produção e a circulação, enquanto processo de produção e realização do lucro no interior da lógica de acumulação do capital e, ao mesmo tempo, o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe, que é

<sup>7</sup> De acordo com Nogueira, “Na maior parte de seus inúmeros significados, ‘crise’ associa-se a um *turning point*, no qual explicitar-se-ia uma situação de particular gravidade e se revelariam, como diriam os médicos, as chances de recuperação do paciente. Fala-se em crise econômica para assinalar uma fase de desemprego ou recessão. Em crise de consciência para demarcar uma inquietação causada por graves problemas éticos. O senso comum das pessoas registra a existência de crises sempre que se manifesta uma ruptura de um padrão (pessoal, grupal ou coletivo) tido como ‘normal’ [...]. Muitos sociólogos usam a palavra para qualificar situações afetadas pela quebra dos padrões de organização social, pelo ‘esgarçamento do tecido social’ que comprometeria a reprodução de uma dada ‘ordem’” (JORNAL da Tarde, São Paulo, 25/3/99).

<sup>8</sup> Segundo Nascimento, existe um *congestionamento conceitual* que merece ser bem enfrentado em nome da construção rigorosa de um *espaço de inteligibilidade* sobre a crise. Ao argumentar que na história das ciências sociais as concepções de crise têm assumido distintos contornos, Nascimento percorre a obra de alguns autores e/ou correntes do pensamento social resenhando as diversas concepções de crise nas ciências sociais, classificando-as em hermenêuticas, empíricas e comparativas. Ver NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Crise e movimentos sociais: hipóteses sobre os efeitos perversos. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*. v. 43, ano XIV, dez./1993, p. 72-92. São Paulo: Cortez Editora.

<sup>9</sup> MARRAMAQ, G. Política e Complexidade: o Estado tardo-capitalista como categoria e como problema teórico. In: HOBBSAWM, E. (Org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 132, v. 12.

<sup>10</sup> Refiro-me especialmente aos livros 2 e 3 de *O capital* e os *Grundrisse*, de Karl Marx, cuja base conceitual permite uma leitura das crises do capital.

possível o entendimento dos processos de crises enquanto “[...] soluções momentâneas e violentas das contradições existentes, erupções bruscas que restauram transitoriamente o equilíbrio desfeito”.<sup>11</sup>

Redefinindo suas linhas de atuação através de uma dupla e concomitante implementação – políticas neoliberais e transformações produtivas –, o sistema capitalista vem “favorecendo” a emergência de um novo paradigma industrial, pautado em novos processos de trabalho, onde “o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado”.<sup>12</sup>

Os processos reestruturadores em curso apontam também para o embate de práticas políticas, de ações de classes, que ratificam a correlação de forças entre capital e trabalho. É a partir dessa ótica que Dias sustenta que o conjunto de transformações para viabilizar as condições para a cumulação do capital envolve a adoção de medidas de dupla ordem – técnica e política: “[...] Todo o processo conhecido como reestruturação produtiva nada mais é do que a permanente necessidade de resposta do capital às suas crises. Para fazer-lhes frente é absolutamente vital ao capital – e aos capitalistas – redesenhar não apenas sua estruturação ‘econômica’, mas, sobretudo, reconstruir permanentemente a relação entre as formas mercantis e o aparato estatal que lhe dá coerência e sustentação. Assim, o momento atual da subsunção real do trabalho ao capital – conhecido ideologicamente como III Revolução Industrial – exige uma modificação das regras da sociabilidade capitalista, modificação essa necessária para fazer frente à tendência decrescente da taxa de lucro”.<sup>13</sup>

Neste sentido, subjacente à emergência das mudanças na produção e no modo de regulação, enquanto condições para a reestruturação capitalista global, a proposta neoliberal apóia-se concomitantemente na despolitização das relações sociais, através da “[...] desqualificação teórica, política e histórica da existência de alternativas

<sup>11</sup> MARX, op. cit., p. 286.

<sup>12</sup> ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995, p. 16.

<sup>13</sup> DIAS, Edmundo. *A liberdade (im)possível na ordem do capital*. Reestruturação produtiva e passivização. Campinas: IFCH/ UNICAMP, 1997, p. 14 [grifos meus].

positivas à ordem capitalista e (d) a negação de qualquer mecanismo de controle sobre o movimento do capital, seja enquanto regulação estatal, seja por meio de outros mecanismos democráticos de controle social, em favor da regulação do mercado”.<sup>14</sup>

A emergência de uma nova Revolução Industrial, possibilitada pela cibernética, automação, robótica, microeletrônica, flexibilização da unidade fabril, desconcentração da produção, vem aprofundando os níveis de desemprego, marginalização, precarização e exclusão social.<sup>15</sup> Trata-se de um conjunto de transformações da estrutura do capitalismo – realizado em meio às ondas de modernização conservadora e de um quadro geral de globalização financeira, instabilidade econômica e emergência de inovações tecnológicas, produtivas e organizacionais – que vem rompendo com os mecanismos nacionais e internacionais que os regulavam, favorecendo um comportamento predatório ou espúrio, cujos resultados têm sido prejudiciais às sociedades contemporâneas.<sup>16</sup>

Ainda que o Brasil esteja inserido em um contexto econômico, social, político e cultural que tem traços universais do capitalismo globalizado, apresenta singularidades que, “[...] uma vez apreendidas, possibilitam resgatar aquilo que é típico desta parte do mundo e deste modo reter a sua particularidade. Trata-se, portanto, de uma globalidade desigualmente combinada, que não deve permitir uma identificação acrítica ou epifenomênica entre o que ocorre no centro e nos países subordinados”.<sup>17</sup> Para Netto, o Brasil se insere no capitalismo contemporâneo com duas importantes refrações derivadas de sua condição periférica e do nível de desenvolvimento e articulação das suas relações capitalistas: “Numa palavra, as transformações societárias [...] processam-se no Brasil mediadas pela inserção subalterna do país no sistema capitalista mundial e pelas particularidades de sua formação econômico-social”.<sup>18</sup>

<sup>14</sup> MOTTA, op. cit., p. 97.

<sup>15</sup> “É possível afirmar que o conjunto de países ativamente envolvidos no processo de globalização, isto é, todos os membros da OCDE, mais uma ou duas dúzias de países da Ásia e da América Latina, estão em graus variados, sendo submetidos ao mesmo processo” (SINGER, 1996, p. 10). Sobre taxas de desemprego e número de desempregados, consultar OCDE (1990) E OCDE (1992).

<sup>16</sup> Cf. MATTOSO, 1996, p. 31-32.

<sup>17</sup> ANTUNES, R. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1997, p. 79.

<sup>18</sup> NETTO, op. cit., p. 103.

A instauração tardia do neoliberalismo no Brasil ocorreu sob uma forte ofensiva político-ideológica do capitalismo internacional que, amparando-se na queda do Muro de Berlim, na desagregação da antiga Rússia, no anúncio do “fim da História” e da “vitória” do capitalismo liberal em nível planetário, fez proliferar mundialmente a ideologia do mercado auto-regulado, da competição, da eficiência e do êxito econômico, sob o determinismo de que não haveria saída contra as tendências emergentes e inevitáveis dos pressupostos neoliberais.

A partir de 1990, portanto, com a vitória de Fernando Collor nas eleições de 1989 que se inicia no Brasil “uma maior e explícita inserção subordinada às condições da nova ordem internacional e ao receituário de ajustes proporcionados pelos organismos internacionais”.<sup>19</sup>

A nova orientação neoliberal e seus profundos resultados recessivos impõem novos padrões de concorrência capitalista no país e acelera o processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, contingenciando as transformações produtivas nas empresas, expostas à concorrência internacional. É principalmente a partir desse marco histórico que o Brasil “[...] tende a se integrar mais ainda à nova ordem capitalista planetária, a construir um modo periférico da condição ‘pós-moderna’”.<sup>20</sup>

Nesse contexto, ao invés de redefinir-se o perfil de intervenção estratégica do Estado, atacou-se o burocratismo do Estado e, com base na eficiência de mercado, acelerou-se “o seu processo de desestruturação e redução de sua capacidade de planejamento, financiamento, fiscalização, apoio à competitividade e à distribuição de renda”.<sup>21</sup> Iniciou-se no Brasil uma verdadeira cruzada privatista<sup>22</sup> de desmantelamento de empresas estatais ou paraestatais em consonância com a ortodoxia dominante que apregoava a diminuição do Estado que, contrariamente ao desempenho do setor privado, era letalmente taxado de ineficiente e corrupto.

<sup>19</sup> MATTOSO, 1996. p. 39.

<sup>20</sup> ALVES, op. cit., p. 131.

<sup>21</sup> MATTOSO, 1996, p. 39. Ainda segundo Mattoso (1995, p. 135), ao final da década de 80, o Estado brasileiro já se encontrava enfraquecido, não apenas financeiramente, mas do ponto de vista político e institucional, favorecendo a “aventura neoliberal de desestruturação selvagem no início dos anos 90”.

<sup>22</sup> Cf. BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois de dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 79.

O mercado de trabalho, que já vinha acumulando os efeitos da estagnação e da alta inflação da década de 80, ainda teve de conviver com a redução do emprego industrial, elevação da participação de trabalhadores sem contrato de trabalho, deterioração do poder de compra e aumento da desigualdade de renda dos indivíduos e famílias.<sup>23</sup> Os resultados positivos têm sido para os empregadores que acompanham e corroboram com um processo de desintegração da força de trabalho, de dispersão dos trabalhadores, enfraquecimento de suas identidades sociais e políticas, precarização do emprego, do trabalho e a própria vida, ao lado do aberrante desemprego estrutural.

Tendo como referência as reflexões explicitadas, o núcleo temático dessa investigação nas múltiplas formas de expressão de consciência dos trabalhadores na atualidade, bem como nos limites e possibilidades daí decorrentes em direção à possibilidade de germinação de uma vontade coletiva. Tal centralidade ratifica a importância e o interesse pela dimensão política, embora se reconheça a prevalência da esfera econômica. Conseqüentemente, fundamento-me em uma concepção entre política e economia que não restringe as relações de dominação e exploração ao terreno da economia, pois, “embora a hegemonia seja ético-política, ela deve ser também econômica, baseada necessariamente na função decisiva exercida pelo grupo dominante no núcleo decisivo da atividade econômica”.<sup>24</sup>

Para tanto, elegi a matriz do materialismo histórico e dialético, uma vez que esta empreende o desvendamento do processo de produção e reprodução da sociedade capitalista, a partir da tematização teórica e histórica do processo de produção material e de reprodução social, numa perspectiva crítica, de ruptura e superação da sociedade capitalista. Sem distanciar-me do pensamento de Marx, fonte original dessa tradição, amparo-me também no pensamento de Lênin, Lucáks e outros pensadores mais contemporâneos filiados à tradição marxista, mas priorizo a perspectiva gramsciana, justificada não apenas pela contemporaneidade de seu pensamento, mas por ser a política a centralidade de seu constructo teórico-metodológico.

<sup>23</sup> As condições do mercado de trabalho só não foram mais agravadas na década de 80 em função do crescimento mais lento da população urbana, do aumento do desemprego no setor público e à preservação da estrutura industrial (MATTOSO, 1996, p. 42).

<sup>24</sup> GRAMSCI, Antonio. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.



Parti da hipótese de que, diante da complexidade e das fragilidades que envolvem o coletivo operário na atualidade, esse coletivo manifesta sua ótica sobre as conseqüências das metamorfoses do mundo do trabalho para o seu cotidiano, principalmente porque é diretamente por elas atingido e ameaçado, sem estabelecer uma relação causa/efeito, levando-o, conseqüentemente, a incorporar de maneira significativa a ideologia dominante e expressar formas de consciência limitadas. Entretanto, entendo que tais limitações não são manifestações de expressões prevalentemente alienadas de consciência, mas de sua contraditoriedade, a partir da qual é possível apreender, à luz do núcleo do senso comum, germes potencializadores organizativos.

Para tanto, as categorias centrais de análise são: a crise, o trabalho e a organização política.

Ainda que se reconheça a extensão e diversidade do caráter teórico<sup>25</sup> da crise, que sugere *a priori* uma complexidade quanto às suas construções conceituais, entendo que a prioridade à compreensão histórico-crítica da crise atual do capital é condição *sine qua non* para o desvelamento de seus impactos sociopolíticos na sociedade capitalista contemporânea, uma vez que é no interior dessa tessitura de crise econômica, política e social que os homens vêm elaborando reflexões, respondendo a indagações, posicionando-se diante de novas determinações, consolidando/questionando concepções e objetivando ações.

À luz desse entendimento, parto do princípio de que o discernimento crítico acerca do significado da crise do capitalismo atual vem ratificar a concepção de que a série de reparos temporários<sup>26</sup> empreendidos na sociedade contemporânea – apresentados sob formas estratégicas inovadoras e definitivas de gerir as crises capitalistas instauradas – não implica na perenização do capitalismo, na aceitação da tese do fim da História<sup>27</sup>

<sup>25</sup> Na história das ciências sociais, o tratamento teórico sobre a crise tem assumido contornos quantitativos e qualitativos distintos. A título de ilustração, Nascimento destaca, por sua importância, autores e correntes de pensamento onde a concepção de crise é abordada de formas diferenciadas, a saber: Durkheim e os funcionalistas, Marx, Gramsci, os marxistas franceses, a escola alemã da derivação, Weber, Keynes, a escola francesa de regulação, a corrente monetarista da economia, a escola de Frankfurt, Habermas, Bourdieu, Dahrendorf, Moore, Hobsbawm, Dobry, Chazel, Boudon, O'Donnel, Portantiero, Torres-Rivas, dentre outros. Cf. Nascimento, op. cit.

<sup>26</sup> HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 177.

<sup>27</sup> Segundo Fernandes (1995, p. 58), na tese do fim da História, que adquiriu instantânea notoriedade já no início da década de 90, predomina a noção de que "a humanidade havia chegado a um estágio que tornava impossível qualquer perspectiva viável de desenvolvimento fora dos contornos do liberalismo político e econômico. Havia que se conformar com isso e aceitar todas as suas conseqüências. Estas perspectivas apontavam para a emergência no mundo de uma nova 'paz perpétua' de tipo kantiano. A ação norte-americana seria a ponta de lança de um projeto universal, baseado na razão, capaz de garantir paz e prosperidade para todos os povos do mundo".

nem, tão pouco, no entendimento de que se vive uma etérea e nova ordem,<sup>28</sup> ainda que seja inegável a implementação de um conjunto de medidas e inovações de dimensões globalizantes em prol do grande capital.

Inova-se, sim, mas para potencializar uma estrutura socioeconômica em prol das mesmas forças que arbitram o trabalho assalariado, a troca de mercadorias, a acumulação do capital e a extração da mais-valia; inova-se, sim, mas para garantir que os frutos do produto gerado socialmente continuem açambarcados de forma privada; inova-se, porque, como afirma Marx, a burguesia só pode existir se renovar permanentemente as forças produtivas,<sup>29</sup> inova-se, sem dúvida, porque se trata de uma regra de sobrevivência do modo de produção capitalista: “inovar ou morrer”.

Durante as crises, o capitalismo busca a forma que lhe possibilita produzir sempre e novamente as condições que permitem a continuidade de sua existência, através de novas maneiras de administrar as contradições emergentes, ou seja, “a crise como fase de destruição (desvalorização, aniquilamento) é, em virtude de seu poder reestruturador, condição para o desenvolvimento do capitalismo”.<sup>30</sup> Isso significa que nos momentos de crise, não há somente o fim de uma fase do desenvolvimento, em função do aguçamento das contradições, mas, concomitantemente, instaura-se uma nova fase de desenvolvimento por consequência da regulação dos elementos contraditórios em processo.

Do ponto de vista histórico-crítico, as concepções de “trabalho e organização” devem sempre ser compreendidas à luz do histórico processo de formação da consciência humana, que sempre esteve e está umbilicalmente vinculada às experiências cotidianas dos homens, no *locus* do trabalho e fora dele, às suas formas de inserção nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, enfim, ao complexo de complexos constituintes da totalidade concreta,<sup>31</sup> onde os homens apreendem e/ou desenvolvem um conjunto de concepções que dão sustentação e direção às suas ações.

<sup>28</sup> Ver: FERNANDES, Ana Elizabeth Simões da Mota. *Cultura da crise e da seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, especialmente os cap. I e II; também HARVEY, op. cit., parte II, 1995, p. 117-184.

<sup>29</sup> KARL, M.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global Editora, 1987. p. 79.

<sup>30</sup> Idem, p. 87.

<sup>31</sup> “O próprio da estrutura do ser social é o seu caráter de totalidade: não um ‘todo’ ou um ‘organismo’, que integra funcionalmente partes que se complementam, mas um sistema histórico-concreto de relações entre totalidades que se estruturam segundo o seu grau de complexidade” (NETTO, 1994, p. 37-38.)

De acordo com Netto, embora o processo de trabalho marxiano seja uma objetivação ontológico-social primária e ineliminável, comporta outras objetivações e delas se realimenta. Neste sentido, “Marx não reduz as objetivações ao trabalho e, menos ainda, não deriva dele as objetivações sociais. O mencionado processo de socialização da sociedade consiste, exatamente, em fazendo recuar as ‘barreiras naturais’ (mas jamais as eliminando), na atualização das crescentes possibilidades de novas objetivações. É o processo que, para Marx, configura a essência humana do ser social, explicitação dinâmica e movente de uma estrutura histórica de possibilidades: a objetivação, a socialização, a universalização, a consciência e a liberdade”.<sup>32</sup>

Para Marx, a objetivação é positiva quando materializa a expressão da vida genérica, traduz a essência humana e possibilita ao sujeito reconhecer-se como autor e criador dessas objetivações. Entretanto, nas condições engendradas nas sociedades capitalistas, o trabalho humano não é a objetivação pela qual o ser genérico se realiza; mas, pelo contrário, é uma objetivação negativa, que o destrói, que o aniquila. Trata-se da distinção feita por Marx entre duas modalidades de atividade prática do ser genérico consciente: “[...] a atividade prática positiva, que é a manifestação de vida (Lebenstausserung) e a atividade prática negativa, que é a alienação de vida (Lebenstausserung); [...] a objetivação é a forma necessária do ser genérico no mundo – enquanto ser prático e social, o homem só se mantém como tal pelas suas objetivações, pelo conjunto de suas ações, pela sua atividade prática, enfim; já alienação é uma forma específica e condicionada de objetivação”.<sup>33</sup>

A atividade material está diretamente vinculada à atividade material e coletiva dos homens, sendo impossível concebê-la isoladamente em cada homem no conjunto das relações sociais. Fruto de um movimento contraditório e complexo de sujeitos históricos que obstinam libertar-se da opressão e dominação burguesas, tanto quanto possível, a consciência de classe implica uma ruptura crucial – a ruptura da alienação. Tal ruptura exige a superação de uma atitude contemplativa, imediata, superficial e fragmentada. Enquanto processo histórico-social, tal superação não é um ato individual, mas fruto de um movimento histórico de homens que buscam conscientemente realizar-se como seres humanos, através do conjunto das

<sup>32</sup> NETTO, op. cit., p. 36.

<sup>33</sup> NETTO, J. P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981. p. 56.

objetivações, tanto ideais quanto materiais, que constitui a práxis humana, crítica e revolucionária no pensamento de Marx. Assim, a impulsão e estruturação da consciência de classe dão-se no processo de embate que se desenvolve no interior do conjunto complexo e contraditório da sociedade burguesa, através da práxis revolucionária, onde o trabalho é a categoria fundante do ser social. É através da organização e dos atos dos operários revolucionários que a teoria revolucionária materializa-se.

De acordo com Lênin, a perspectiva marxiana de revolução pressupõe a organização do proletariado em classe, e, portanto, em partido político<sup>34</sup> que encarna os interesses gerais, reais e históricos da classe proletária em seu conjunto, assim como o futuro do movimento. Não se trata, portanto, de elucubrações ou engenhosas fantasias. “As teses históricas comunistas não se baseiam de modo algum em idéias e princípios inventados ou descobertos por tal ou qual reformador do mundo”. Na realidade, as mesmas “São apenas a expressão geral das condições reais de uma luta de classes existente, de um movimento histórico que se desenvolve sob os nossos olhos”.<sup>35</sup>

Portanto, a política é uma atividade prática na medida em que as lutas que os grupos ou classes travam está diretamente vinculada a um certo tipo de organização real. Nas condições da sociedade dividida em classes antagônicas, a política compreende a luta de classes pelo poder e pela direção da sociedade em consonância com os interesses e finalidades correspondentes: “O poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade”.<sup>36</sup>

Para Lênin, coexistem, no interior da classe operária, diferentes tipos de consciência, com suas respectivas formas organizativas e práticas políticas. Isso significa que ainda não há consciência operária em se tratando da totalidade da classe, assim como não há dois blocos independentes, cujas constituições expressem, no primeiro bloco, a representação da classe em si (marcado pela alienação) e, no segundo, a representação da classe para si (caracterizada pela consciência política). O que de

<sup>34</sup> Segundo Vazquez (1977, p. 176), no *Manifesto do Partido Comunista* encontram-se as premissas da concepção de partido como destacamento estreitamente vinculado à sua classe: “Daí carecer de fundamento a tendência atribuir ao próprio Marx a idéia que o proletariado como classe se basta a si mesmo – isto é, sem necessidade de um partido – para conquistar o poder político, ou a idéia que identifica classe e partido”.

<sup>35</sup> MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista*, p. 88.

<sup>36</sup> VAZQUEZ, op. cit., p. 201.

fato pode ser identificado no interior da classe é uma heterogeneidade ideológica, a partir da qual Lênin estabelece níveis diferenciados de consciência, fazendo distinção “entre os setores atrasados e setores avançados, setores intermediários da classe e operários marxistas – revolucionários organizados em partido”.<sup>37</sup>

Referindo-se à sua concepção de classe, Lucáks sustenta que a mesma não é “[...] nem a soma nem a média do que pensam, sentem, etc., os indivíduos que formam a classe, tomados um por um. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe como totalidade é determinada, em última instância, por essa consciência e não pelo pensamento, etc. [...]”.<sup>38</sup> Isso significa que as questões que envolvem a consciência de classe não podem ser abordadas de forma individualista ou tão pouco reducionista, limitando-a aos pensamentos dos indivíduos, por mais que os mesmos sejam evoluídos.

Ao tratar da necessidade da organização da classe subalterna e da constituição da vontade, Gramsci sustenta que a mesma não se constitui numa vontade exterior, imposta ou meramente teórica. Ao desenvolver a teoria da vontade coletiva,<sup>39</sup> Gramsci a desenvolve concebendo-a a partir da unidade teórico-prática, que vai muito mais além do conhecimento, pois se encontra, direta e indissolivelmente, ligada à atividade humana, à prática, entendida não somente como agir, mas como agir que intenciona modificar conscientemente, transformando objetos e situações.

É com base nesse entendimento que deve ser entendido que o processo de formação da vontade coletiva não se objetiva de forma homogênea no interior da massa. Se Gramsci posiciona-se contrariamente ao voluntarismo soreliano (que desprezava as condições objetivas) e contra o economicismo (que conduzia ao determinismo da base econômica), ele também não acredita na possibilidade de suscitar a vontade coletiva pelo alto, isto é, por uma atitude arbitrária do partido<sup>40</sup>,

<sup>37</sup> WEBER, op. cit., p. 73.

<sup>38</sup> LUCÁKS, p. 64-66.

<sup>39</sup> GRAMSCI, 1988, p. 7.

<sup>40</sup> A crítica à manipulação das massas fica ainda mais evidente quando Gramsci analisa dois exemplos de partido *que parecem fazer abstração da ação política imediata*. O primeiro, é aquele constituído por uma “elite de homens de cultura, que tem a função de dirigir sob o ponto de vista da cultura, da ideologia geral, um grande movimento de partidos afins (que são na realidade frações de um mesmo partido orgânico)”. O segundo, almejando galvanizar as massas, “não tem outra função política senão a de uma fidelidade genérica, de tipo militar, a um centro político visível ou invisível”. Muitas vezes, o centro visível “é o mecanismo de comando de forças que não desejam mostrar-se em plena luz, mas agir apenas indiretamente por pessoa interposta ou por *ideologia interposta*” (GRAMSCI, A.). *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 173-175).

porque, de seu ponto de vista, esses sentimentos das massas devem ser “purificados”, “educados”, “orientados”, mas nunca ignorados. “Essa unidade da ‘espontaneidade’ com a ‘direção consciente’ (ou seja, com a disciplina) é precisamente a ação política real das classes subalternas, enquanto política de massa e não simples aventura de grupos que dizem representar as massas”.<sup>41</sup>

Se, portanto, o processo de organização e coesão de classe inicia sua concretização a partir dos movimentos espontâneos da massa, esses devem ser orientados e disciplinados por uma ação diretiva do partido, o que significa que os movimentos espontâneos exigem uma ação partidária orientadora e disciplinadora, porque, através dessa ação, essa espontaneidade vai, gradativamente, sendo substituída por uma ação política mais consciente, uma vez que nesse processo a vontade coletiva vai se fortalecendo e a classe subalterna, concomitantemente, vai elaborando sua própria concepção de mundo, e a fragmentação, a dispersão e a incoerência vão dando lugar à homogeneidade e à coerência. Assim, o processo de organização das massas funda-se na dialética espontaneidade/direção consciente.

Neste sentido, o projeto da reforma intelectual e moral é a superação das formas de consciência existentes, da filosofia e da visão de mundo dominantes. Significa a possibilidade de, através de um movimento intelectual e moral – que está intimamente vinculado aos intelectuais orgânicos, aos intelectuais coletivos e a vontade coletiva – criar, popularizar e socializar a elaboração crítica da filosofia da práxis e da luta política das classes subalternas, o que culminará no surgimento de um novo homem, o homem-coletivo: “[...] todo ato histórico não pode deixar de ser realizado pelo ‘homem-coletivo’, isto é, ele pressupõe a obtenção de uma unidade ‘cultural-social’ pela qual uma multiplicidade de vontades desagregadas, com fins heterogêneos, se solidificam na busca de um mesmo fim, sobre a base de uma idêntica e comum concepção de mundo (geral e particular, atuante transitoriamente – por meio da emoção – ou permanentemente, de modo que a base intelectual esteja tão radicada, assimilada e vivida que possa se transformar em paixão”.<sup>42</sup>

<sup>41</sup> GRAMSCI, In: COUTINHO, 1989, p. 106.

<sup>42</sup> GRAMSCI, 1987, p. 36-37.

Na perspectiva gramsciana, a reforma intelectual e moral “[...] é condição necessária para a conquista da hegemonia nas sociedades capitalistas ‘ocidentais’”.<sup>43</sup> E essa hegemonia de uma classe na sociedade só existe efetivamente quando essa classe tem a direção ideológica e o domínio político, o que implica na conquista da sociedade e do Estado. É neste sentido que Gramsci intenciona “salientar a função dirigente, a conquista do consenso, a ação de tipo cultural e ideal que a hegemonia deve desempenhar”.<sup>44</sup>

Para uma postura de contraposição à passividade, Gramsci chama atenção para a relevância da criticidade na consciência dos homens,<sup>45</sup> ressaltando que a ausência da mesma pode comprometer a possibilidade da práxis revolucionária. Ao desenvolver seu raciocínio, explicita que o homem ativo da massa desenvolve uma atividade prática, mas sem ter uma clara consciência teórica da mesma, podendo-se até identificar, pela própria contradição entre sua consciência e seu agir, duas consciências teóricas: “[...] uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou ‘verbal’ não é inconseqüente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode, inclusive, atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política”.<sup>46</sup>

## O processo investigativo

Ratifico a consideração fundamental que os eixos de investigação deste trabalho devem estar permanentemente parametrados num contexto de medidas de enfrentamento da crise capitalista – esta por nós entendida como contradições

<sup>43</sup> COUTINHO, 1989, p. 107.

<sup>44</sup> GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978. p. 78.

<sup>45</sup> De acordo com Nogueira, “a chamada ‘consciência crítica’ tem seu principal atributo justamente nesse ponto. É uma consciência sempre em ‘crise’: desafiada a se negar a si própria para permanecer em condições de captar a realidade que muda ininterruptamente” (JORNAL da Tarde, São Paulo, 25/3/99).

<sup>46</sup> GRAMSCI, op. cit., 1987, p. 20-21.

inerentes ao próprio movimento ampliado de acumulação do capital – onde têm sido concomitantemente encaminhadas, de forma estratégica, impositiva e prevalente: a reestruturação produtiva, a desvalorização da força de trabalho e o redirecionamento dos mecanismos de regulação estatal. Esse é o horizonte pontual em que se formam as condições, limites e possibilidades da visão de mundo e conseqüente expressões de consciência de todos nós, onde se destacam os sujeitos desta pesquisa – os operadores de produção – trabalhadores do Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus, especificamente os inseridos nas empresas de grande porte do Pólo Eletroeletrônico, lócus da pesquisa.<sup>47</sup>

Para chegar às respostas e/ou reflexões acerca dos problemas de pesquisa enunciados, percorri a trajetória metodológica a seguir detalhada: primeiramente, procedeu-se a uma pesquisa qualitativa,<sup>48</sup> e, num segundo momento, implementou-se uma pesquisa quantitativa.<sup>49</sup>

Na pesquisa qualitativa, o instrumento utilizado foi a entrevista semi-estruturada. Foram entrevistados 24 operadores de produção de 7 unidades das 4 empresas selecionadas. Considerando a necessidade de ampliação da base empírica da pesquisa, procedeu-se à pesquisa quantitativa, utilizando-se um instrumento devidamente estruturado em função do objetivo de desvelar, tendo como referência às opções registradas no instrumento supramencionado, as múltiplas expressões de consciência dos operadores de produção, conforme categorização construída (consciência crítica, crítica/contraditória, contraditória/alienada e alienada), vislumbrando-se, a partir das análises daí empreendidas em articulação com o conjunto das análises da pesquisa qualitativa, o desvelamento dos limites e possibilidades de embriões potencializadores da vontade coletiva.

As categorizações construídas apresentam o seguinte conteúdo:

- Consciência crítica: caracteriza-se pela capacidade do sujeito de relacionar causa/efeito, de discernir e refletir de forma consciente e coerente acerca de sua situação e de sua classe. Tende a atuar politicamente em movimentos organizados em prol de melhorias, incluindo tanto a sua categoria profissional, como extrapolando

<sup>47</sup> Refiro-me às empresas Gradiente, Sharp, Sony e Philips.

<sup>48</sup> Realizada nos meses de agosto, setembro e outubro de 1998.

<sup>49</sup> Realizada nos meses de dezembro de 1998 e janeiro de 1999.



para uma visão em direção à totalidade, a classe trabalhadora. Inclina-se a expressar um comprometimento político com sua classe. É a força impulsionadora para o empreendimento do novo;

- Consciência crítica/contraditória: caracteriza-se por uma composição mista de elementos de criticidade, que se fazem presentes, ainda que numa esfera pouco aprofundada, e elementos que expressam acriticidade, ingenuidade, espontaneísmo e visão fragmentada da realidade. O sujeito não consegue articular devidamente causa/efeito, nem refletir de forma consciente e coerente, embora disponha de um pequeno arsenal que o possibilita fazer reflexões isoladas, ocasionais e sem nexos causais. Tal ausência não permite o substrato suficiente para questionamentos e reflexões mais aprofundadas, propiciando apenas ocasionalmente envolvimento em ações políticas reivindicatórias, mas sem nenhum vínculo de comprometimento com ações políticas mais amplas;

- Consciência contraditória/alienada: caracteriza-se pela composição de elementos fragmentados, incoerentes e ocasionais. Aqui, a criticidade não se manifesta dissociada de elementos de contraditoriedade e de alienação, uma vez que a relação causa/efeito não é realizada, ainda que de forma superficial. Há vislumbres de consciência, embora a predominância seja muito mais de ausência de tais vislumbres, o que oblitera e torna muito raro o envolvimento político, ainda que o mesmo se reduza exclusivamente ao nível de reivindicações corporativistas;

- Consciência alienada: caracteriza-se pela quase total impossibilidade de reflexão, articulação e coerência. O sujeito torna-se mero produto alimentador da estrutura ideo-política e socioeconômica que o envolve, situando-se em estado de inércia moral e política. Não há nenhum indício de valorização e envolvimento políticos.

Foram aplicados precisamente 410 formulários, com o objetivo de alcançar-se um retorno de 10% de um total de 3.390 operadores de produção das empresas selecionadas. A elaboração do instrumento aplicado privilegiou um tipo de instrumento para levantamento de percepções. Optou-se pela medição atitudinal que se baseou na tabulação das respostas a um instrumento de medição de atitude do tipo Likert,<sup>50</sup>

<sup>50</sup> LIKERT, R. *The method of constructing an attitude de sacle*. New York: Wiley, 1967.

envolvendo a amostra atingida – 9,03% – do total de operadores de produção. A construção do instrumento, coerentemente com os objetivos gerais e específicos e à luz dos pressupostos teórico-metodológicos do projeto de pesquisa, teve como centralidade doze dimensões, todas relacionadas ao cotidiano dos operadores, onde três categorias básicas foram priorizadas (trabalho/organização política/crise), além do tema serviço social, sendo que para cada uma das dimensões foram elaboradas entre três e quatro asserções (negativas e positivas),<sup>51</sup> como se segue:<sup>52</sup>

- Importância do Trabalho

É através do trabalho que executo que posso chegar lá;

O trabalho não é dispensável para o ser humano;

Sempre atendo às exigências da empresa para garantir meu trabalho;

Não ter trabalho é o que mais me assusta hoje.

- Natureza do Trabalho

Meu trabalho faz bem ao meu corpo e a minha mente;

Não posso ter vida digna sem trabalho digno;

Utilizo reflexão e criatividade para executar o meu trabalho;

O que me importa mesmo é ter um trabalho.

- Satisfação Profissional

Não sinto orgulho do trabalho que faço;

O meu trabalho parece com os movimentos de um robô;

Um bom trabalho só depende de meu esforço em ter boa qualificação;

Meu trabalho me proporciona um bom padrão de vida.

<sup>51</sup> A referência axial utilizada para esse procedimento teve como base a obra de LEMON, N. *Attitudes and their measurement*. New York: Wiley, 1960.

<sup>52</sup> Asserções foram pulverizadas ao longo do instrumento aplicado, onde também foi incluído um espaço em aberto para considerações não direcionadas dos respondentes.

- Importância da Política

Não participar de atividades políticas é falta de consciência;

Todo homem é por natureza um ser político;

Lutar por uma vida melhor não tem nada a ver com política;

A prática política nesse país é uma grande sujeira.

- Valorização da Organização Política

O mais certo é mesmo “cada um por si e Deus por todos”;

Minha organização política na fábrica é um risco que não vale a pena;

O sindicato é um importante instrumento de luta dos trabalhadores;

Partidos políticos são todos iguais: defendem seus próprios interesses;

- Credibilidade na Política

Ainda acredito que a união dos trabalhadores faz a sua força;

Não acho que minha participação política possa melhorar minha vida;

A política pode ser exercida com seriedade e dignidade;

- Significado da Crise

Somos nós que realmente sentimos a crise na pele: a corda sempre rompe do lado mais fraco;

A crise seria menor se a renda do país fosse melhor distribuída;

Acho que todos estão sofrendo igualmente os efeitos da crise;

- Dimensões da Crise

A crise é econômica, social e política;

Funcionários e patrões precisam cooperar para superar a crise;

A tecnologia não é boa porque tira o nosso emprego;

A causa da crise é a globalização.

- Conseqüências da Crise

As empresas só demitem porque precisam ser competitivas;

Em nome da crise exigem cada vez mais da gente e dão cada vez menos;

As empresas demitem porque não querem diminuir seus lucros;

Com o desemprego que está aí, as empresas valorizam muito pouco nosso trabalho.

Em relação a cada asserção, o respondente tinha a possibilidade de optar dentre quatro opções: concordo plenamente, inclinado a concordar, inclinado a discordar e discordo plenamente. Para cada uma das opções foi por mim atribuído previamente um valor entre 1 (mínimo) e 4 (máximo) pontos. A delimitação de cada valor foi definida de acordo com o conteúdo específico das várias dimensões e suas respectivas asserções, tendo sempre como suporte os objetivos a serem alcançados e os fundamentos teórico-metodológicos de sustentação do projeto de pesquisa. O instrumento foi validado quanto ao Conteúdo, Item e Confiabilidade.<sup>53</sup> Em relação aos resultados atitudinais finais, a prova estatística utilizada foi o teste não paramétrico do  $X^2$  pertinente.

Após a coleta do material e a tabulação dos dados de identificação dos sujeitos, pude registrar um conjunto bastante variado de características em relação aos operadores de produção: quanto à função (foram identificadas 22 diferentes funções envolvendo os operadores de produção), quanto à escolaridade (90% dos pesquisados eram portadores de certificado de conclusão de Ensino Médio), quanto ao gênero (discreta predominância das mulheres, aproximadamente 58,5% contra 41,50% de homens), quanto à faixa etária (massiva concentração na faixa etária entre 25 e 30 anos – 75%) e quanto ao tempo de vínculo empregatício (67% trabalham/estão trabalhando na empresa entre o período de um e quatro anos). Após a tabulação total dos dados, os resultados foram graficamente representados e interpretados.<sup>54</sup>

<sup>53</sup> Os procedimentos em relação à validação de conteúdo, item e confiabilidade tiveram por base a obra de SCHMIDT, M.J. (1975). *Understanding and using statistics*. D.C. Massachusetts: Heath and Company.

<sup>54</sup> Considerando a natureza e as delimitações de um *paper*, deu-se prioridade para a inserção somente do gráfico do resultado final da pesquisa.

## Considerações finais

Uma consciência coletiva, um organismo vivo, só se forma depois que a multiplicidade unificou-se através do atrito dos indivíduos; não se pode dizer que o ‘silêncio’ não é multiplicidade. Uma orquestra que ensaia cada instrumento por sua conta, dá a impressão da mais horrível cacofonia; porém, estes ensaios são a condição para que a orquestra viva como um instrumento só.

Antonio Gramsci

As análises oriundas do processo investigativo e suas correlações demonstram que as teias constitutivas nas quais nos inserimos remetem-nos a um novo *ethos*. Não no sentido do novo que engendra características inéditas na constituição das bases de sustentação do modo de produção capitalista, já que seus pilares permanecem eretos e favorecendo as condições de acumulação e valorização do capital. Trata-se de um novo *ethos*, revelador, sobretudo, das novas formas de subordinação do trabalho ao capital, fomentadas por uma cultura de crise geradora de consentimento das classes, que, inegavelmente, tem minimizado as potencialidades da classe trabalhadora de discernir, projetar e agir coletivamente, atuando, influenciando e alterando as relações sociais de dominação que imperam nas relações de classe. Sim, porque mesmo a exacerbação das adversidades conjunturais vivenciadas não torna anacrônico o entendimento de que as classes sociais ainda se constituem num importante “[...] foco centrípeto nas relações de oposição e antagonismo entre as forças sócias, despertando a solidariedade coletiva e implicando formas de organização socialmente abrangentes”<sup>55</sup> desmonte da resistência à exploração do trabalho e à dominação do capital, como condição de visibilidade social e coletiva, sinalizam precisamente para uma lacuna, conforme expressa o gráfico final da pesquisa.

<sup>55</sup> EVANGELISTA, J. E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. In: *Questões de nossa época*, n. 7. São Paulo: Cortez, 1992. p. 33.

Ainda assim, considero que tomar a atual fragilidade, opacidade e ausência dos movimentos dos trabalhadores de forma fatalista e precipitadamente derrotista, legitima a ideologia dominante, favorece a ampliação da lacuna e, concomitantemente, desfavorece a possibilidade de seu desvelamento e redimensionamento. Exatamente por isso, tais ausências precisam ser analisadas no contexto de feroz ofensiva do capital e apreendidas como expressão da complexificação processada nas relações sociais no mundo do capital, cuja reversão e avanço, longe de passar pela destruição das pretensões totalizadoras, requer, compulsoriamente, a perspectiva de totalidade.

Mas, é fato que a ideologia dominante, ao mesmo tempo em que fragmenta o ponto de vista da totalidade, pela racionalidade da organização capitalista da vida social, parece atingi-la através dos processos de manipulação, persuasão e disciplinamento que penetram e conformam a totalidade das relações que viabilizam a sua reprodução, transcendendo o domínio das relações de trabalho para regular integralmente a vida dos homens.

Neste sentido, a forma de ser e agir da classe trabalhadora parece ser contingenciada por uma força que lhe é exterior e por um poder que, ao dissolver-se e esconder-se nas contradições das relações sociais, vem ampliando o seu espaço, aperfeiçoando a sua eficácia, ratificando uma substantividade concreta de dominação. Como “[...] a consciência jamais pode ser outra coisa que o ser dos homens conscientes e o ser dos homens consciente é o seu processo de vida real”,<sup>56</sup> os condicionamentos estruturais e conjunturais que engendram os processos concretos de trabalho e vida da classe trabalhadora, denotam a busca de maximizar o caráter reprodutor da ideologia dominante, expressas nas posturas dos trabalhadores voltadas, prioritariamente, para responder aos contornos das demandas empresariais, aos imperativos do mercado e aos ditames da cultura da qualidade e da competitividade, delineados pelos contornos de “colaboracionismo” e “parcerias” apregoadas pela ideologia neoliberal.

Os trabalhadores vivem os processos de reestruturação produtiva, a globalização e a flexibilização de suas relações de trabalho. Sentem o seu potencial produtivo, a intensificação de sua força de trabalho, as relações de exploração que

<sup>56</sup> MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987. p. 29.

caracterizam o espaço fabril, a parca remuneração que não lhes permite vida com dignidade. E, ainda, vislumbram trabalho e vida com qualidade e dignidade. Entretanto, não conseguem dar a inteligibilidade necessária ao viver, ao sentir e ao vislumbrar, limitando-se a acatar as novas determinações impostas, pressionados, sobretudo, pelo fechamento de postos de trabalho, perda de espaço profissional e altas taxas de desemprego.

Dentre as conseqüências daí advindas, prevalecem concepções carentes de unidade crítica, o que oblitera reflexões coerentes e questionadoras, que relacionem os nexos de causa e efeito, que ousem elaborar prospecções, projetar investidas, lutar através de ações coletivas. O exercício político sindical e partidário que deveriam configurar-se em formas de organização e resistência dos trabalhadores, apresenta-se com seu campo reduzido, sai efetividade desacreditada, sua ação questionada e sua eficácia depreciada. As entidades classistas de organização política das classes trabalhadoras – partidos e sindicatos – parecem desencadear um misto de decepção e desaprovação e/ou distanciamento ou indiferença, enfatizando, concomitantemente, a postura de distanciamento da política e a necessidade de “novas” formas de fazer política. Ora, se a política é objetivada também através dessas entidades, que lhe dão visibilidade e força coletiva, e se os trabalhadores, que deveriam ser a sua base, concebem-nos com inequívocas doses de rejeição e descrédito, sobretudo quando se trata dos partidos políticos, parece urgente e imprescindível que se reavalie e redimensione a atuação, o significado e a importância que referidas entidades desenvolvem e ocupam na contemporaneidade da sociedade amazonense e manauense.

Ainda que seja possível sustentar a prevalência de um caráter restrito de política, a possibilidade do exercício político sob bases éticas também é posta expressivamente pelos trabalhadores. Isso significa que se, conceptualmente, as formas clássicas de exercício político estão desacreditadas, como quer a classe dominante, potencialmente, a política é ainda vislumbrada como possibilidade de união, resistência e força dos trabalhadores. Entretanto, é preciso mais que sentir ou intencionar, porque a política requer concretude. É necessário viver a prática política.

Sob o conjunto de adversidades em nível mundial, nacional e local, que tem desestruturado os movimentos organizados dos trabalhadores, as análises revelam a complexidade que envolve as situações que os trabalhadores e suas entidades

enfrentam, e que ainda terão de enfrentar para não permitir que a fragilização e o descrédito fortalecem, mais ainda, a campanha da despolitização regida pela classe dominante. Talvez, fazendo confluír os movimentos organizados da classe trabalhadora para um patamar que extrapole os limites do espaço fabril, em direção a uma maior organicidade da sociedade civil.

Se as formas de expressão de consciência dos trabalhadores investigados manifestam-se marcadas por reduzidos elementos de criticidade e fortes doses de alienação, que denotam a expressão de uma consciência contraditória, fragmentada e incoerente, há de considerar-se que, apesar de todos os percalços e limitações, esses trabalhadores não foram reduzidos a corpos sem alma. Eles apresentam momentos de “vislumbres de consciência”, que denotam a inabsorção integral e definitiva da ideologia dominante. Se for um fato que as concepções incoerentes e fragmentadas demarcam as expressões contraditórias de consciência dos trabalhadores, isto, por sua vez, parece também implicar na necessidade de que as entidades da classe trabalhadora tomem para si a responsabilidade histórica de orientar, direcionar e disciplinar a incoerência, a fragmentação e a contraditoriedade. Os raros germes identificados na contraditoriedade do senso comum dos trabalhadores precisam ser potencializados e substituídos por uma concepção mais coerente, direcionados em conexão com o exercício político imbricado num programa político que os trabalhadores reconheçam como expressão de suas necessidades. Sem esse direcionamento e ousadia, sem o desafio da concretude dos ensaios, ficará cada vez mais distante a efetividade de um projeto profissional, social, econômico e político, onde a orquestra viva como um instrumento só.

## Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adens ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. Campinas, SP: Cortez; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos: reestruturação produtiva na Inglaterra e no Brasil*. São Paulo: Biotempo, 1997.



- BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois de dilúvio neoliberal. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). *Pós-neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- COUTINH, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.
- DIAS, E. *A liberdade (im)possível na ordem do capital. Reestruturação produtiva e passivização*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 1997.
- EVANGELISTA, J. E. Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno. *Questões de nossa época*, São Paulo, n. 7, p. 33, 1992.
- FERNANDES, Ana Elizabeth Simões da Mota. *Cultura da crise e da seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.
- GITAHY, L. Inovação tecnológica, subcontratação e mercado de trabalho. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 8, n. 1, 1994.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Trad. de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- LEMON, N. *Attitudes and their measurement*. New York: Wiley, 1960.
- LIKERT, R. *The method of constructing an attitude de sacle*. New York: Wiley, 1967.
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe – estudos da dialética marxista*. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto: Publicações Escorpião, 1989.
- MANDEL, E. O capitalismo tardio. In: *Os economistas*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global Editora, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1987.
- MARX, K. *Elementos fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse), 1857-1858*. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1987. v. 1.

MARRAMAO, G. Política e complexidade: o Estado tardo-capitalista como categoria e como problema teórico. In: HOBBSAWM, E. (Org.). *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. v. 12.

MATTOSO, J. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scritta Editora, 1996.

NASCIMENTO, E. P. Crise e movimentos sociais: hipóteses sobre os efeitos perversos. *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 43, ano 14, dez./1993.

NETTO, J. P. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

NOGUEIRA, M. A. *Jornal da Tarde*, São Paulo, 25 de mar. 1999.

SCHMIDT, M. J. *Understanding and using statistics*. D.C. Massachusetts: Heath and Company, 1975.

VAZQUEZ, A. *A filosofia da práxis*. Trad. de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WEBER, H. *Marxismo e consciência de classe*. Lisboa: Moraes, 1977.